

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KARIN BERNSTORFF PISA

**RELATO DE EXPERIÊNCIA:
ARTE-EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E DIVERSIDADE.
A UTILIZAÇÃO DE BONECAS(OS) COMO MATERIAL DIDÁTICO**

MATINHOS

2019

KARIN BERNSTORFF PISA

**RELATO DE EXPERIÊNCIA:
ARTE-EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E DIVERSIDADE.
A UTILIZAÇÃO DE BONECAS(OS) COMO MATERIAL DIDÁTICO**

Artigo apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado, Curso de Licenciatura em Artes, Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral,
Orientadora: Profª Drª Carla Beatriz Franco Ruschmann

MATINHOS

2019

FOLHA/TERMO DE APROVAÇÃO

KARIN BERNSTORFF PISA

RELATO DE EXPERIÊNCIA:
ARTE-EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E DIVERSIDADE.
A UTILIZAÇÃO DE BONECAS(OS) COMO MATERIAL DIDÁTICO

Artigo apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado, Curso de Licenciatura em Artes, Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, pela seguinte banca examinadora:

Profª Drª Carla Beatriz Franco Ruschmann
Orientadora – UFPR

Profª Drª Lenir Maristela Silva
Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral

Prof. Me. José Luiz de Souza Santos
Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral

Matinhos, 26 de novembro de 2019

Ninguém é igual a ninguém. Todo o ser humano é um estranho ímpar.
(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso relata uma experiência docente em arte-educação, inclusão e diversidade com a utilização de bonecas(os) como material didático. O objetivo foi o de realizar uma prática docente trabalhando essa temática com crianças, através da utilização de bonecas(os) com características representativas, para aproximar o aluno de uma vivência capaz de incentivar um pensar e agir em relação às diferenças, promovendo a empatia com o próximo. Para a revisão teórica, buscou-se autores que defendem a educação para a compreensão humana, além de um levantamento de leis, declarações e convenções que versam sobre o assunto. Foram criadas bonecas(os) de pano artesanais com características fenotípicas, que dessem representatividade a alguns grupos e minorias, e elaborado um planejamento de aulas para aplicação prática em arte-educação no ensino não formal. A proposta educativa foi aplicada com crianças em idade entre 5 e 12 anos que frequentam o “Atelier de Artes Visuais” do Projeto de Extensão “Conhecendo e Vivenciando as Artes Visuais” da UFPR, na cidade de Matinhos-PR. Foi possível observar através dos discursos, atitudes e criações artísticas das crianças, que a proposta desenvolvida com a utilização de bonecas(os) inclusivas foi de grande auxílio para a abordagem de assuntos voltados ao respeito e aceitação das pluralidades através da visualização e aproximação das diferenças.

Palavras-chave: Diversidade. Inclusão. Arte-educação. Arte Infantil.

ABSTRACT

This final paper reports a teaching experience in art education, inclusion and diversity using rag dolls as didactic material. The aim was to conduct a teaching practice working on this theme with children, through the use of dolls with representative characteristics, to bring the student closer to an experience capable of encouraging thinking and acting regarding differences in order to promote empathy. For the theoretical review, sought authors who defend education for human understanding, as well as a survey of laws, statements and conventions that deal with the subject. Handmade rag dolls were created with phenotype characteristics that gave representativeness to some groups and minorities and a lesson plan was elaborated for practical application in informal art education. The proposal was applied with children aged 5 to 12 years old who attend the “Visual Arts Atelier” in UFPR Extension Project “Knowing and Experiencing Visual Arts”, in Matinhos City. It was possible to observe through children discourses, attitudes and artistic creations, that using inclusive dolls was of great help to the approach of subjects related to the respect and acceptance of the pluralities through the visualization and approximation of the differences

Keywords: Diversity. Inclusion. Art Educations. Children’s Art.

1 INTRODUÇÃO

Estabelecer um programa de educação inclusiva é um desafio a ser vencido, pois pressupõe a compreensão e aceitação das diferenças por todos os envolvidos nesse processo, o que exige rupturas com a construção sócio histórica preconceituosa e discriminatória da sociedade. De acordo com Freire (2011), é através das experiências no convívio humano que será construído uma ação-reflexão em relação ao outro, e assim ter condições objetivas para o pleno exercício da maneira humana de existir. Ser um facilitador nessas experiências no que tange à inclusão, preparar indivíduos que saibam conviver em paz e harmonia com aqueles que compartilham seus espaços, e tratar com respeito e dignidade a todos que compõem essa imensa diversidade humana é um esforço contínuo, pois engloba a compreensão da alteridade.

A partir desses desafios, foi elaborado um projeto que procurasse aproximar o aluno de uma vivência capaz de promover a construção de um pensar e agir em relação às diferenças, despindo-o dos preconceitos e contribuindo para a formação de um sujeito que conviva com respeito e empatia com o próximo.

Quando se fala em diversidade humana fala-se de indivíduos diferentes entre si. No Dicionário On Line de Português a definição de diversidade é tida como sinônimo de pluralidade, reunião que contém vários e distintos aspectos, características ou tipo e o verbete humano(a) é compreendido por tudo aquilo que está relacionado a espécie humana. Logo, podemos deduzir que: diversidade humana refere-se à variabilidade de indivíduos da espécie humana que habitam nosso planeta, cada qual com suas características e disposições especiais, tornando-o único e, conseqüentemente, diferente dos demais. O simples fato de sermos únicos deveria ser o bastante para que houvesse aceitação permanente. Mas isso passa longe da realidade. Há tempos governos e organizações travam esforços com a criação de leis e convenções a fim de garantir direitos iguais a todos.

Para o jurista Dalmo de Abreu Dallari:

Existe a necessidade de um esforço permanente para a conscientização dos Direitos Humanos e, a partir disso, a exigência ética e jurídica de um esforço conjugado de todos os seres humanos, individualmente ou em associação, para dar efetividade a esses direitos. (LBI Comentada, 2016, p.05)

Esse esforço passou a ser um dos objetivos da educação e também uma palavra chave nos discursos políticos, acadêmicos e sociais. É difícil aceitar que a sociedade se mantenha estática aguardando que o outro supere suas barreiras físicas e sociais. Uma sociedade inclusiva tem compromissos com todos aqueles que fazem parte de grupos minoritários, ressaltando que nem sempre minorias tem sentido quantitativo, mas sim a uma posição de desfavorecimento social ou situação de vulnerabilidade, e ter comprometimento com essas minorias e suas diversidades exige transformações complexas. Para Freire (2011, p18) “O compromisso seria uma palavra oca, uma abstração, se não envolvesse a decisão lúcida e profunda de quem o assume.” Conforme Mantoan (2017, p.39), “a inclusão assegura o direito à diferença na igualdade de direitos, para que cada sujeito possa manter sua individualidade.” Assim, considera-se que a inclusão é um movimento social que defende o direito de todos os indivíduos permitindo “que participem, de forma responsável e consciente da sociedade de que fazem parte, respeitando e sendo respeitados em suas diferenças” (ONU, 1948).

No que confere à inclusão escolar percebe-se que não basta a presença física de alunos em sala de aula e escolas com adequações físicas necessárias como rampas, banheiros adaptados e acessos inclusivos. É necessário um Projeto Político Pedagógico formalizado e, principalmente, professores e alunos preparados e dispostos a conviver com essa nova realidade. É um movimento com características políticas, um processo de transformação que criará uma sociedade acolhedora, solidária e mais humana.

O mundo necessita de cidadãos conscientes de seu papel social, que tratem com respeito outros cidadãos pelo simples fato de haver respeito mútuo e não por obrigações legais e receio das punições.

A inclusão é uma reação aos valores da sociedade dominante. Trata-se de um movimento que se choca com o pluralismo, entendido como mera aceitação do outro e incorporação das diferenças, sem conflito, sem confronto. Há que se digerir o seu conceito para que seu sentido seja impresso, sem titubeios, distorções, arranjos, nas nossas ações. (MANTOAN, 2017, p 39)

Na revisão de literatura encontramos alguns trabalhos relacionados ao tema da inclusão em sala de aula, dentre eles dois serviram de apoio para este trabalho: a dissertação de mestrado *Revirando Malas* de Fernanda Moraes de Souza, onde a autora leva para sala de aula uma coleção de bonecas(os), a maioria com “corpos diferentes”, e faz uma detalhada observação sobre o discurso infantil sobre o tema. O outro foi um projeto pedagógico “Diversidade na Escola” efetuado pelo Centro de Ensino Fundamental I, em Planaltina DF, no intuito de promover o respeito, a inclusão e a não violência em relação às diferenças de gênero, sexualidade e raça.

Nem sempre as crianças têm a oportunidade de conviver, seja em família, na escola ou outro convívio social com pessoas com características diversas (deficientes, de raças distintas, de gêneros distintos, de populações tradicionais etc.). É preciso trazer essa reflexão ao dia a dia desses sujeitos.

A proposta de se trabalhar arte-educação com a utilização de bonecos(as) foi desenvolvida em quatro encontros, com as vinte e uma crianças, com idade entre 5 e 12 anos, que participam regularmente do “Atelier de Artes para Crianças” do Projeto de Extensão *Conhecendo e Vivenciando as Artes Visuais*, da UFPR Litoral, na cidade de Matinhos PR. Observou-se a partir desta experiência, que a utilização de bonecas(os) com características físicas despadronizadas para abordar os temas de inclusão e racismo, é um material didático eficaz no auxílio da promoção à consciência, ao respeito e à fraternidade, através do reconhecimento das diferenças e valorização da diversidade.

2 SOBRE DIVERSIDADE E INCLUSÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, com o aval de todos os países membros, em seus dois primeiros artigos atesta que, todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e que podem invocá-los sem distinção alguma. (ONU, 1948). A seguir a este ato histórico a Assembleia Geral da ONU exigiu a todos os países membros que publicassem o texto da declaração e fizessem com que fosse disseminada, exibida, lida e explicada **principalmente nas escolas** (grifo da autora) e noutras instituições educacionais.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, além de ter por objetivo fundamental “construir uma sociedade livre, justa e solidária” (BRASIL, 1988) reforça os direitos de seus cidadãos quando estipula que “todos são iguais perante a lei, sem distinção....garantindo-se...a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade ,à igualdade...”(BRASIL, 1988, Art. 5º)

Tais leis não foram suficientes para que todos tivessem seus direitos garantidos. Algumas minorias ainda necessitam de leis complementares e específicas para ter seus direitos preservados.

No ano de 2000 foi apresentado o Estatuto/Lei da Pessoa com Deficiência, que só após 15 anos de tramitação foi sancionado pela Presidência da República, com o propósito de assegurar condições de igualdade para o exercício dos direitos e das igualdades às pessoas com deficiência. Segundo este estatuto a pessoa com deficiência pode ser definida como:

.... pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, art.2).

Por esta perspectiva sobre a palavra “deficiência” Feminella afirma que

a deficiência em si não “incapacita” o indivíduo e sim a associação de uma característica do corpo humano com o ambiente inserido. É a própria sociedade que tira a capacidade do ser humano com suas barreiras e obstáculos, ou com a ausência de apoios. Para garantir a concretização dos direitos das pessoas com deficiência é preciso

reconhecer sua identidade própria e prover os recursos necessários para possibilitar sua plena e efetiva participação na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Nessa esteira, a sociedade é corresponsável pela inclusão das pessoas com deficiência. (LBI Comentada, 2016, p.15).

Portanto, segundo a autora todos os envolvidos deverão estar aptos a acolher, respeitar e dar condições para que as pessoas com deficiência sejam capazes de participar de todas as atividades da sociedade à qual estão inseridas. Outra preocupação social e assistida pela lei são os crimes de ódio, onde o agressor seleciona sua vítima baseado em seus preconceitos, e é mais do que um delito individual, é uma transgressão que afronta à dignidade humana, pois transforma em vítima a todos os que pertencem ao grupo afetado. Em 1951, o Congresso brasileiro aprovou a Lei 1.390, conhecida por Lei Afonso Arinos, que transformou em contravenção penal qualquer prática resultante de preconceito de raça ou cor (BRASIL. 1951). Em 1989 uma nova lei antirracismo, decreta que serão punidos “os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (BRASIL. 1989. Art. 1º). transformando em crime o que era considerado apenas contravenção, ampliando as penas para até cinco anos de prisão. Em 1997 ampliou-se o alcance dessa lei, incluindo entre as práticas passíveis de punição o xingamento e a ofensa baseados em origem e cor da pele.

Para as condutas homofóbicas e transfóbicas, o Supremo Tribunal Federal fixou, em junho de 2019, que sejam igualados aos crimes de racismo contidas na Lei 7716/89 até que o Congresso Nacional aprove uma lei específica (STF 2019).

O sujeito que encara as leis apenas como instrumentos jurídicos de regulamentação não pode reconhecer sua complexidade e conseqüentemente comprometer-se com ela. (FREIRE, 2011). Isso reforça que apenas a criação de leis não garante seu pleno cumprimento. Precisamos gerar cidadãos conscientes e comprometidos com as inclusões, formar uma nova geração através de um programa educacional inclusivo, além de um exercício diário de convivência com acolhimento e respeito.

3 RELATO DE EXPERIENCIA.

3.1 CONFECÇÃO DE BONECAS DE PANO COMO MATERIAL DIDÁTICO

Segundo Vygotsky (1991, p.144) as principais aquisições das crianças são conquistadas no brincar e seus artefatos, e que no brinquedo, a criança é capaz de imitar atividades de sua cultura e praticar seus valores futuros. Vygotsky vê o brincar como um processo de aprendizagem onde o desenvolvimento cognitivo acontece.

O brincar deve ser destinado a todos, e os brinquedos devem representar esse direito. Pensando nesta questão, foi elaborada uma proposta metodológica capaz de estimular nas crianças a produção de práticas artísticas alusivas ao conceito de diversidade e inclusão através das bonecas(os). Mesmo com a abrangências das leis no tangente à inclusão, observa-se que raras são as bonecas/os disponíveis no comércio que possam dar representatividade às minorias. A maioria das bonecas industrializadas têm pele branca, cabelos claros, olhos azuis e corpos perfeitos, isso possibilitou a satisfação de confeccioná-las manualmente.

A confecção artesanal de bonecas(os) de pano exige técnica e habilidade, requisitos, estes, adquiridos ao longo de vários anos através de cursos presenciais, revistas especializadas, aulas on-line e muitas horas de prática. Para este projeto reuniu-se uma coleção de bonecas(os) diferentes dos padrões ofertados para incluí-las nas atividades artísticas das crianças. O primeiro desafio consistiu em selecionar os modelos a serem usados como exemplos de diversidade e inclusão e a criação dos moldes para cada um deles. FIGURAS 1 a 4.

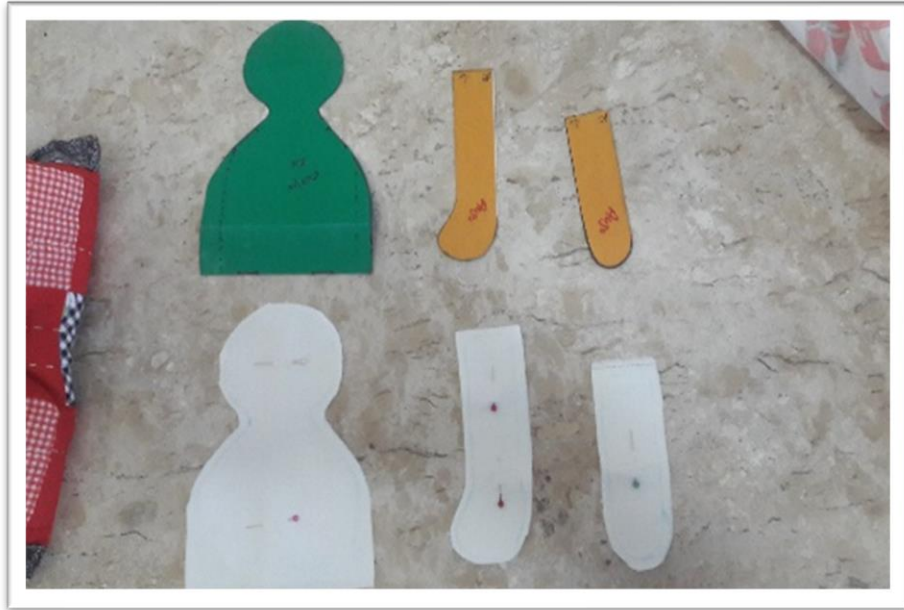


Figura 1



Figura 2

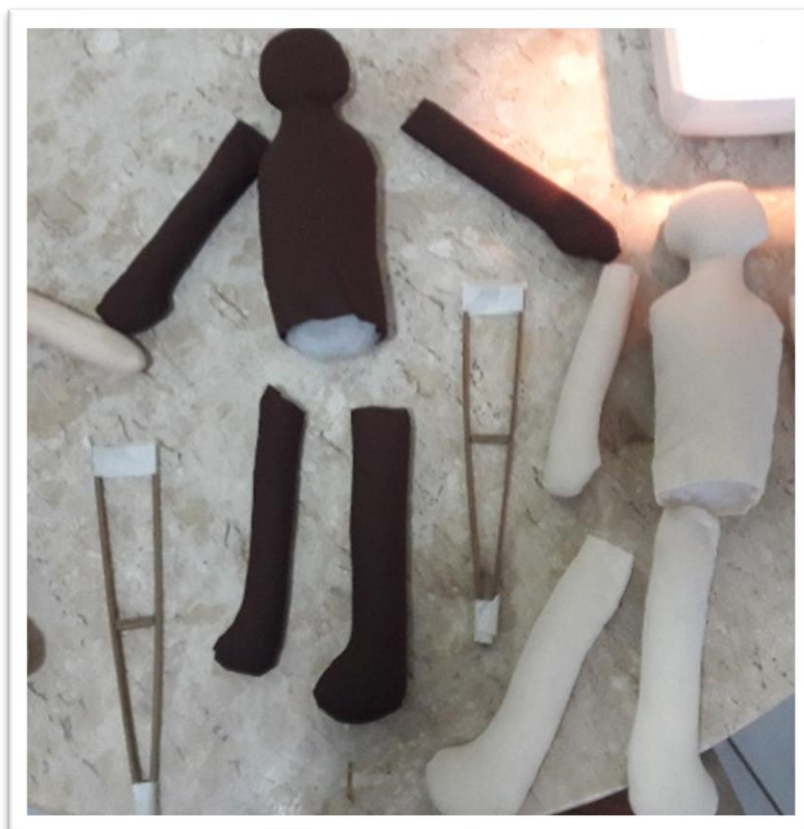


Figura 3

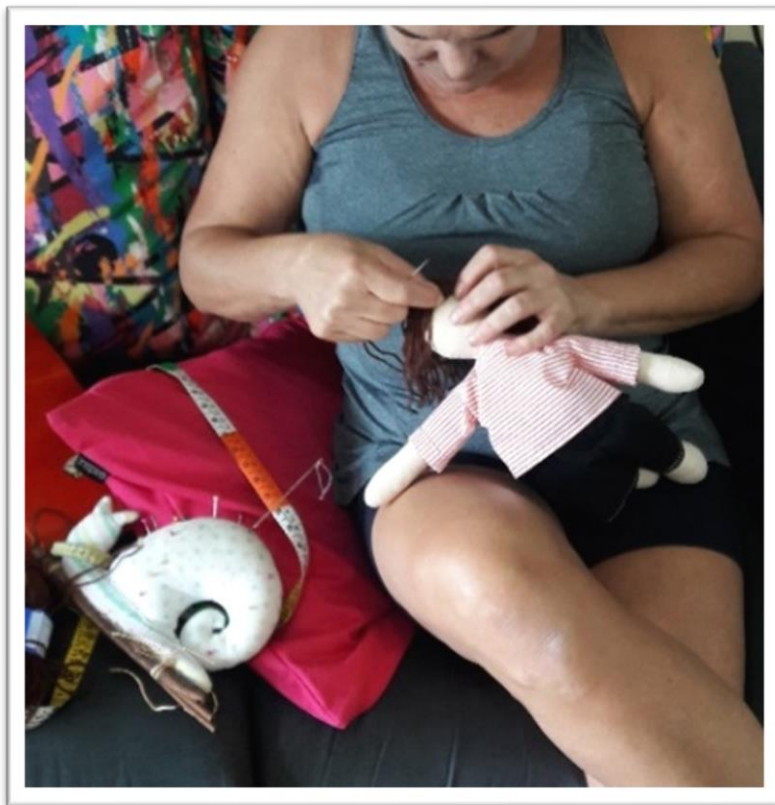


Figura 4

FONTE: fotos da autora

Para fazer parte do acervo foram confeccionados seis personagens, cada qual com sua particularidade. As bonecas(os) têm em média 40 cm de altura, todos confeccionados (corpo e vestimenta) em tecido 100% algodão e para o enchimento foi usado plumante, material sintético antialérgico. Os cabelos foram feitos de lã, também antialérgica, botões e demais acessórios costurados à mão com linha 10, fio de algodão altamente resistente para evitar que se despreguem, os rostos foram pintados à mão com tinta permanente própria para tecido, dando a cada boneco uma feição individualizada.

Duas das personagens foram inspirados em pessoas reais que dão muita representatividade à inclusão. Alan Fonteles, atleta brasileiro paralímpico de velocidade, medalhista de ouro nos Jogos Paralímpicos de Verão de 2012 em Londres e recordista mundial nos 200m. Exemplo de superação e determinação. FIGURAS 5 e 6.

Alan Fonteles



Figura 5

FONTE: foto AFP 1

Boneco com próteses



Figura 6

FONTE: foto da autora 1

Georgia Furlan, adolescente brasileira com Síndrome de Down, modelo fotográfica e influenciadora digital. Superando preconceitos chegou à capa da revista Australiana Katwalk que promove a inclusão e diversidade no meio da moda. FIGURAS 7 E 8.

Georgia Furlan



Figura 7

FONTE: @eduardogruihon

Boneca Down



Figura 8

FONTE: foto da autora

As demais foram construídas com características fenóticas que promovessem a problematização da inclusão. FIGURAS 9 a 12

Muletante



Figura 9

Andrógeno



Figura 10

Deficiente Visual



Figura 11

Negra



Figura 12

FONTE: foto da autora

O objetivo foi produzir um material seguro, de fácil manuseio e que principalmente, causasse empatia nas crianças, seguindo assim o ensinamento de Edgar Morin quando diz que ‘ensinar a compreensão entre as pessoas é a missão espiritual da educação’ (MORIN, 2011, p. 81)

3.2. CONTEXTUALIZANDO A EXPERIÊNCIA

A proposta de se trabalhar arte-educação com a utilização de bonecos(as) foi aplicada no primeiro semestre de 2019 com os alunos(as) do “Atelier de Artes Visuais para Crianças”, a convite da professora Carla Ruschmann, coordenadora do Projeto de Extensão Conhecendo e Vivenciando as Artes Visuais, da UFPR Litoral. O “Atelier de Arte visuais para criança” se consolida como um espaço de educação não-formal para o ensino das artes visuais. Realizado nas dependências da própria universidade, na cidade de Matinhos, atende crianças no contraturno escolar, com aulas gratuitas, de duas horas de duração e desenvolvidas uma vez por semana. O projeto conta atualmente com três turmas, em dias e horários diferentes. As crianças que frequentam o Atelier, tem entre 5 a 12 anos, e são da comunidade interna e externa à universidade. As aulas do atelier são ministradas por bolsistas e voluntários do projeto de extensão, que na maioria dos casos, são alunos do curso de Licenciatura em Artes. O projeto de extensão, através do Atelier, proporciona um espaço de aprendizagem e experiência em arte-educação com abertura para diferentes temáticas, muitas delas pesquisas desenvolvidas nos Projetos de Aprendizagem, espaço curricular do curso de Licenciatura em Artes, assim como nos Trabalhos de Conclusão de curso.

Na proposta elaborada por mim para ser aplicada no Atelier participaram duas turmas, que frequentam as aulas em horários distintos, em um total de vinte e uma crianças, 16 meninas e 5 meninos, com idade entre 05 e 12 anos, com níveis socio econômicos diversos.

No primeiro encontro abordou-se sobre o tema da inclusão e foi possível perceber que os participantes com mais idade tinham alguma noção sobre a temática, alguns desconheciam totalmente e outros não relacionavam a palavra ao seu sentido, mas sabiam da importância do que ela representa. Poucos têm

ou tiveram em suas classes do ensino formal, colegas com algum tipo de deficiência. Ao final do debate sobre diversidade as crianças chegaram à conclusão de que todos são diferentes entre si e que isso não é motivo para a não aceitação do outro, e assim como necessitamos de respeito devemos tê-lo pelo próximo, independentemente de quais sejam suas diferenças.

Com o auxílio das bolsistas e monitoras do Atelier de Artes, foi aplicada uma dinâmica onde as crianças foram vendadas com tecido TNT para “assistir” a um desenho animado com áudio descrição. Após a seção, os alunos sem as vendas, produziram desenhos baseados nas informações captadas pela audiodescrição. Em suas próprias palavras, as crianças consideraram a atividade uma oportunidade de entender como um deficiente visual percebe o mundo.

Na sequência formaram equipes por afinidade, com três ou quatro alunos e cada grupo recebeu aleatoriamente um dos bonecos para a construção de uma personagem, com o propósito de criar uma história de vida como: nome, apelido, interesses e outras características para posteriormente construir um cenário utilizando os materiais disponibilizados pelo ateliê, como papéis, tintas, tecidos, cola, etc. onde a boneca/o pudesse ser inserida.

Ao receberem as bonecas/os, as crianças demonstraram um grande estranhamento e até algum tipo de enjeitamento em relação às características não padronizadas delas, além da curiosidade em relação às bonecas/os recebidas pelos outros grupos. Alguns alegavam que os seus eram “piores” que os outros e cogitavam trocas, o que não foi permitido. Durante o exercício notou-se que, embora com algumas dificuldades em chegar a um consenso em relação à história de vida da personagem, a aceitação do grupo em relação à boneca(o) crescia. Enquanto alguns as ambientaram em uma realidade bem longe das que vivem, outros as colocaram em uma faixa etária superior às suas, em uma demonstração de que essas personagens não fazem parte dos seus cotidianos. A maioria das histórias criadas tiveram em comum um início de dor, sofrimento e abandono e culminaram numa grandiosa história de aceitação, superação e conquistas.

O primeiro grupo de alunos era formado por doze crianças na faixa etária de 07 a 12 anos:

Grupo 1 - recebeu um boneco negro e muletante, o qual, para as crianças, não apresentou nenhum problema de rejeição ou preconceito e sim compaixão. A história criada foi o de um deficiente de nascimento que superou preconceitos na infância graças ao apoio da família e hoje trabalha em um laboratório de ciências. FIGURA 13.

Grupo 2 - recebeu um boneco com parte inferior das pernas amputadas e com uso de prótese que criou grande ojeriza nesse grupo. As crianças demonstraram hostilidade e rejeição ao boneco. Mesmo no decorrer dos encontros esse grupo não mudou seu comportamento em relação ao boneco. Relacionaram à vida do boneco pobreza, maus tratos e tristeza. FIGURA 14.

Grupo 3 - recebeu um boneco com aparência incógnita quanto ao gênero. A princípio as crianças demonstraram curiosidade quanto ao aspecto andrógino do boneco, fizeram algumas perguntas sobre homossexualismo e transexualidade, curiosidades esclarecidas pela equipe de monitoras do projeto. As crianças criaram uma personagem feminina nascida num corpo masculino que após uma batalha interna se assume como menina. FIGURA 15.

Grupo 4 - boneca com deficiência visual – num primeiro momento as crianças demonstraram dúvidas quanto à participação de uma pessoa cega no ambiente social, após esclarecimentos em relação ao alfabeto Braille, cão guia e piso tátil as crianças desenvolveram uma linda história de princesa para a boneca. FIGURA 16.



Figura 13



Figura 14



Figura 15



Figura 16

FONTE: fotos da autora

Aplicou-se novamente a mesma prática com o segundo grupo do Conhecendo e Vivenciando as Artes Visuais composto por 9 crianças na faixa etária de cinco a oito anos.

Grupo 5 - boneca com síndrome de Down – uma das crianças desse grupo, por coincidência, relatou que estuda com uma colega com Síndrome de Down na escola que frequenta. As crianças não viram a síndrome como um empecilho na criação do personagem. FIGURA 17.

Grupo 6 - Esse grupo recebeu a boneca com deficiência visual e ambientou a personagem em uma vida rural, baseada em uma reportagem de TV onde um deficiente visual vive um sítio e desenvolve várias tarefas. FIGURA 18.

Grupo 7 – novamente foi usado, a título de comparação com a primeira equipe, o boneco de pernas amputadas e uso de próteses. A história criada foi que após sofrer um acidente de paraquedas teve as pernas amputadas, mas isso não o fez desistir dos esportes e com a ajuda dos amigos tornou-se um grande skatista profissional. FIGURA 19



Figura 17



Figura 18

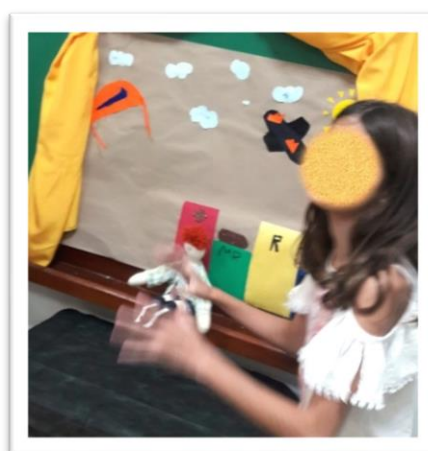


Figura 19

FONTE: fotos da autora

Foi gratificante observar que após o primeiro encontro, com raras exceções, a cada aula as crianças demonstraram um sentimento de saudades pelo seu novo “amigo” com claras manifestações de afeto positivo através de gestos de acolhida como beijos, abraços, cafunés e palavras carinhosas, em uma forte comprovação de que houve empatia com o objeto, despertando emoções através de uma vivência positiva. FIGURA 20.

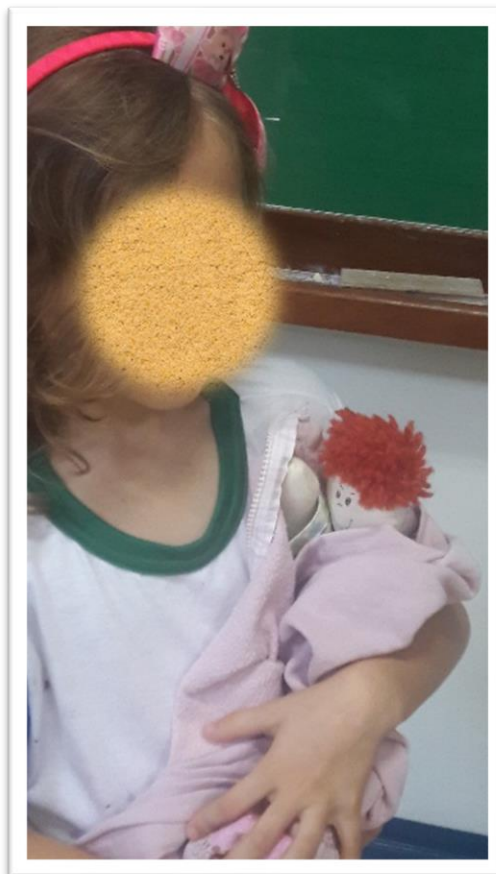


Figura 20

FONTE: foto da autora

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta teve um alcance superior ao esperado. As crianças tiveram a oportunidade de vivenciar através da arte-educação as concepções de diversidade e inclusão demonstrando com sentimentos e atitudes que através de uma forma lúdica, divertida e original é possível atingir a compreensão e o respeito às diferenças.

Através dos discursos, atitudes e criações artísticas das crianças, pode-se concluir que a proposta desenvolvida com a utilização de bonecas(os) despadronizadas foi uma boa estratégia para a abordagem de assuntos voltados à inclusão e diversidade, pois durante o desenvolvimento do projeto, pode-se notar que esse brincar favoreceu atitudes de respeito e aceitação das pluralidades.

O sistema de ensino brasileiro prevê a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais nas salas de aula, bem como, o desenvolvimento do trabalho com a diversidade cultural e étnica. Aos professores cabe o dever de estar aptos a servir de instrumento de apoio para que aqueles que estejam sob sua “tutela” possam ter uma educação inspirada nos ideais de solidariedade e assim possam estar preparados para o mais pleno exercício da cidadania. (BRASIL. 1996. Art 2º)-

Finaliza-se com a proposta de disponibilização desse projeto didático para que professoras(es) abram espaço em suas aulas para as bonecas(os) distintas, e assim difundir que diferenças existem e não devem ser mascaradas, provocando nos alunos um processo de desenvolvimento que os capacite para uma sociedade generosa e menos preconceituosa, e assim como diria Morin (2011) garantir a solidariedade intelectual e moral da humanidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988) Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 1390/51, de 03 de julho de 1951. Institui contravenção atos de preconceito de raça ou de cor. **Diário Oficial da União** 10/07/1951 p.10217. Brasília, DF, Câmara dos Deputados, 1951.
- BRASIL. Lei nr.9394/96: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, Diário Oficial 248. 23/12/1996.
- BRASIL. Lei nº 7716/89, de 05 de janeiro de 1989. Lei do crime racial. Brasília, DF, **Diário Oficial da União** Seção 1 p.369. 6/1/1989
- BRASIL. Lei n, 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**. 07/07/2015. p.2.
- Dicionário On Line de Português - <https://www.dicio.com.br/diversidade/> acesso 05/04/18.
- FREIRE, P. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - **Comentada** / Joyce Marquezim Setubal, Regiane Alves Costa Fayan (orgs.). Campinas: Fundação FEAC, 2016.
- MANTOAN, M.T.E; **Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições** Inc.Soc., Brasília, DF, v.10 n.2, p.37-46, jan./jun.2017. Disponível <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4030> Acesso 14/05/2019.
- MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. Brasília, DF: Cortez, 2011.
- ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)**. UNIC / Rio / 005 - Agosto 2009. Disponível em <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> . Acesso em 11 set. 2017.
- Projeto Escolar apresentado pelo Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina com vistas ao concurso "9º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero 2013. **Diversidade na Escola**. Planaltina, DF. 2013
- Souza. F.M. **Revirando malas: entre histórias de bonecas e crianças**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2009.
- STF, **Informativo 944**. publicado em 10/06/2019 disponível em <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo944.htm>
- VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.